

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

CNPJ nº 33.744.277/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capacidade operacional normal), tratos culturais (na controlada Cambhu) e unidades imobiliárias (na controlada Imopar). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os tributos diretos e despesas comerciais variáveis aplicáveis. Para a constituição de perdas de estoques, o Grupo analisou os itens com baixo giro de acordo com a aplicação dos materiais, valores em estoques sem movimentação, e sua avaliação ocorreu trimestralmente. **3.6. Impostos:** No Brasil, compreende o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), que são calculados mensalmente pela sistemática do Lucro Real anual a partir do lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real (exceto para a atividade rural, como é o caso da Cambhu, em que não há tal limitação), aplicando-se a essa base à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para CSLL. A Imopar é a única controlada que aplica o IRPJ e a CSLL pela sistemática do Lucro Presumido, cuja base de cálculo é obtida mediante a aplicação do percentual 32% sobre suas receitas acumuladas a cada trimestre, sendo sobre essa base aplicadas as mesmas alíquotas citadas acima. Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e legislação aplicáveis. No Brasil, esses resultados sofrem efeitos de tributação em bases universais instituída pela Lei nº 12.973/14. O resultado de cada subsidiária é analisado para aplicação da referida legislação, de forma a preservar os tratados assinados pelo Brasil e evitar a dupla tributação. Em maio de 2023 o IASB publicou alterações às IAS, impostas sobre rendimento, determinadas alterações na demonstração financeira das entidades em face à aplicação do "Pilar 2" (Nota 5.1). Tributos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e o contábil. Os ativos e passivos de tributos diferidos são classificados como não circulantes. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos em um horizonte de 10 anos não é provável, o ativo é desreconhecido (Nota 19). Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço. As vendas da CBMM são 95% para o mercado externo, e por isso essa controlada acumula créditos de ICMS dos insumos e ativos adquiridos para sua operação. A realização dos créditos se dá, basicamente, de três maneiras: i) compensação com saldo devedor das vendas no mercado interno; ii) aquisição de insumos ou bens de fornecedores do Estado de Minas Gerais com crédito de ICMS; iii) venda do crédito para outros contribuinte do Estado de Minas Gerais. As vendas de crédito de ICMS ocorrem, em geral, com deságio nas negociações. Com isso, a CBMM constitui provisão para deságio sobre o saldo acumulado de créditos de ICMS. Essa provisão leva em consideração o deságio praticado nas últimas negociações, bem como a avaliação do deságio que vem se praticando nesse mercado. Essa provisão é registrada em "Outras receitas (despesas), líquidas" da demonstração de resultado em contrapartida ao ativo em "Tributos a recuperar". O saldo atual foi constituído nos últimos três anos, com expectativa de realização nos próximos quatro anos. **3.7. Investimentos:** São classificados neste grupo, investimentos em: i) coligadas, que são entidades nas quais a BWSA exerce influência significativa, que é poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja controle individual ou conjunto dessas políticas; e ii) em empreendimentos controlados em conjunto, nos quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, e as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método de equivalência patrimonial. **Joint venture na controlada CBMM:** A participação da controlada CBMM em uma *joint venture* é contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial. Uma *joint venture* é um acordo conjunto pelo qual as partes têm controle conjunto do controle, além de direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao acordo. O controle compartilhado entre as empresas é relacionado às decisões sobre as atividades da *joint venture*, que são relevantes e requerem consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Pelo método da equivalência patrimonial, o resultado em *joint venture* é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustados para reconhecer a proporção dos lucros ou perdas e movimentos em outras receitas abrangentes relativos ao grupo pós-aquisição. Quando a proporção do grupo nas perdas de uma *joint venture* iguala ou excede de seus resultados com a *joint venture* (que inclui quaisquer resultados de longo prazo que, em substância, formam parte de investimento líquido do grupo em *joint venture*), o CBMM não reconhece mais perdas, a menos que tenha incorrido obrigações ou realizado pagamentos em nome da *joint venture*. A política contábil da *joint venture* é alterada sempre que necessário para garantir a coerência com as políticas adotadas pela Companhia. **3.8. Imobilizado:** O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item puder ser mensurado com segurança. O valor residual contábil de peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados, quando incorridos em contrapartida ao resultado do exercício. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A Companhia realiza anualmente a avaliação de perda no valor recuperável para suas unidades geradoras de caixa, as quais englobam os saldos de ativo imobilizado (Nota 14). A amortização das barragens de rejeitos baseia-se nos volumes depositados em relação à capacidade total dessas barragens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

	vida útil média
Edifícios, Instalações e benfeitorias	24,41
Máquinas e equipamentos	7,50
Móveis e utensílios	8,77
Barragens	10,00
Aeronave	20,00
Culturas em produção	15,00
Rebanho	5,00
Outros ativos	4,83

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação na rubrica de "Outras perdas, líquidas". **3.9. Ativos Intangíveis:** Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O ativo intangível compreende os ativos identificáveis, porém sem substância física. Sendo assim, é basicamente composto por: (i) licenças de *software* adquiridas que podem ser capitalizadas com base nos custos incorridos, bem como os custos adicionais para utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada (entre três e cinco anos); (ii) licença do direito de exploração das minas, composto basicamente por gastos para obtenção e formalização das licenças juridicamente; (iii) ação na composição de ações da CBMM e da Itaparica S.A. (investida da Imopar). **3.10. Passivo de arrendamento:** A Companhia avança no início do contrato se ele é, ou contém, um arrendamento. Ou seja, se o contrato confere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A controlada CBMM detém contratos classificados como de arrendamento, de forma que, na condição de arrendatária, a CBMM aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para os de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e reconhece um passivo de arrendamento para fazer pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes. Na data de início do arrendamento, deve ser reconhecido um passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela arrendatária e pagamentos de multas por rescindir o arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a arrendatária exercendo a opção de rescindir. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que desencadearia o pagamento. **a) Ativo de direito de uso:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos reconhecidos, custos de direitos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos bens, divulgados na (Nota 16). Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a *impairment*, conforme divulgado na (Nota 3.11). **b) Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a CBMM reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera sejam pagos sob as garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela CBMM, e o pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo refletir o exercício da opção pela CBMM. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que deu origem ao pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a CBMM usa sua taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos do arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (ou seja, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamento de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os passivos de arrendamento estão divulgados na (Nota 16). **c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de curto prazo, independentemente da sua natureza (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contém uma opção de compra). A Companhia também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor para arrendamentos que, de acordo com sua política, sejam considerados de baixo valor, independentemente de sua natureza. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **3.11. Impairment: a) Ativos não financeiros:** A Companhia não detém nenhum ativo com vida útil indefinida, que não seja testado anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. Uma perda por *impairment* é revertida quando há mudança nas estimativas utilizadas para determinar seu valor recuperável e somente se o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida. A Companhia após análises dos indicativos não identificou *impairment* para o ano de 2025. **b) Ativos financeiros:** A Companhia e o Grupo avaliam, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo, quando aplicável, por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.13. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e passivos contingentes:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do exercício do relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos do Grupo. Essas atualizações monetárias são registradas nas receitas (despesas financeiras) vide (Nota 20). Os ativos contingentes não são reconhecidos pelo Grupo e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa. **3.14. Obrigação para desmobilização de ativos:** A CBMM é obrigada a reabilitar locais e instalações associadas no final do curso da produção, a uma condição aceitável para as autoridades competentes, conforme especificado nos requisitos das licenças ambientais e legislação pertinente. Os principais componentes das atividades de fechamento e reabilitação são: i) a remoção de toda infraestrutura indesejada associada a uma operação; ii) o retorno das áreas perturbadas a uma condição segura, estável, produtiva e autossustentável, consistente com o uso final da terra acordado. **(a) Reconhecimento e mensuração:** As provisões para desmobilização e reabilitação são reconhecidas pela CBMM quando: i) há uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados; ii) é mais provável do que improvável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor pode ser estimado com segurança. **(b) Reconhecimento inicial:** As provisões para fechamento e desmobilização são

inicialmente reconhecidas quando um distúrbio ambiental começa pela primeira vez. As provisões individuais para as barragens e células de resíduos são uma estimativa do valor esperado dos fluxos de caixa futuros necessários para reabilitar o local usando os padrões de restauração atuais e técnicas, levando em consideração os riscos e incertezas. Os fluxos de caixa são descontados a valor presente usando uma taxa ajustada pelo risco de crédito que reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo a ser restaurado. Os encargos de taxa de juros relacionados ao passivo são reconhecidos como despesa de acréscimo no resultado financeiro líquido. As diferenças encontradas no valor de liquidação do passivo são reconhecidas no resultado. Quando as provisões para fechamento e desmobilização são inicialmente reconhecidas, o custo correspondente é capitalizado como um ativo, representando parte do custo de aquisição dos benefícios econômicos futuros da operação. **(c) Mensuração subsequente:** O ativo de fechamento e desmobilização, reconhecido no imobilizado, é depreciado ao longo da vida das operações. O valor da provisão aumenta progressivamente ao longo do tempo à medida que o efeito do desconto a valor presente é desfeito, resultando em uma despesa reconhecida no resultado financeiro. As provisões de fechamento e reabilitação são revisadas a cada ano para avaliar se as provisões continuam a refletir a melhor estimativa das obrigações futuras. Se necessário, a provisão é reavaliada para levar em conta fatores, incluindo: i) revisões nas reservas estimadas, recursos e vida útil das operações; ii) desenvolvimentos em tecnologia; iii) requisitos regulamentares e estratégias de gestão ambiental; iv) mudanças na extensão estimada e nos custos das atividades previstas, incluindo os efeitos da inflação e movimentos nas taxas de câmbio; v) movimentos nas taxas de juros que afetam a taxa de desconto aplicada. Mudanças na estimativa de fechamento e reabilitação para locais de operação são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado e amortizado em uma base prospectiva em conformidade ao longo da vida restante da operação, geralmente aplicando o método das unidades de produção. Custos decorrentes de circunstâncias imprevistas, como a contaminação causada por imprevistos, são reconhecidos como uma despesa e um passivo quando o evento dá origem a uma obrigação que é provável e capaz de ser estimativa de forma confiável. **3.15. Plano de benefícios a empregados: a) Benefícios de pensão - Obrigações de aposentadoria:** As empresas do Grupo operam vários regimes de benefícios de pensão, que são financiados por meio de pagamentos para companhias de seguros e planos de previdência específicos, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Nota 30 descreve todos os planos de pensão utilizados pelas empresas do Grupo. **b) Benefícios durante a vida ativa - Participação nos lucros e resultados:** O Grupo distribui participação nos resultados, com base em um conjunto de parâmetros previamente definidos (produção, produtividade e outras variáveis), mediante acordo coletivo firmado com o Sindicato e homologado no Ministério do Trabalho. **c) Outros benefícios:** A CBMM oferece auxílio-ensino, assistências médicas, odontológica, farmácia, vale alimentação e seguro de vida aos funcionários e ex-funcionários, (e seus respectivos dependentes) que, dadas as suas condições se caracterizam como benefícios pós-emprego. (Nota 30.3). **d) Programa de incentivos de longo prazo - Programa ILP:** A BWSA instituiu em 2021 o Programa ILP aplicável aos empregados da controlada Bwgi, o qual visa estimular a boa *performance* e permanência do empregado no Grupo pelo prazo de 3 a 10 anos, mediante oferecimento da possibilidade de participação nos ganhos gerados pelo resultado do seu trabalho e o recebimento de *matching* ao final dos prazos mencionados, a serem pagos pela BWSA. A Nota 31 descreve com detalhes as características do Programa ILP e seus reflexos contábeis. **3.16. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros são contratos que dão origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra. Sua apresentação no balanço patrimonial e notas explicativas dão-se conforme característica de cada contrato. **(a) Ao custo amortizado:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (que são classificados como ativos não circulantes). Essa categoria compreende "Contas a receber de clientes", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Outros ativos". O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48 e permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as "Contas a receber de clientes". Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem as demais contas a receber. A aplicação do modelo de risco de crédito esperado não gerou uma provisão adicional para perdas. **(b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O Grupo reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seus ativos financeiros. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculada as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e o ambiente econômico. O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de perda das contas a receber de clientes está descrito na (Nota 8). O Grupo não possui operações *de hedge* de valor justo e *de hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direcionamento legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **3.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio - CBMM:** Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar dividendos e juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados, pagar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral e registrada na rubrica "dividendos no passivo circulante". **3.18. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixas, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como títulos e valores mobiliários. **3.19. Fomecedores:** A CBMM oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga a instituição financeira na data de pagamento original e o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela CBMM. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela CBMM representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo como fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **3.20. Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial é pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado considerando o método dos juros efetivos. Os juros de passivos financeiros são apresentados na rubrica de Receitas (despesas) financeiras, líquidas. Um passivo financeiro somente é desreconhecido quando a obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada. **3.21. Ativo a valor presente:** A Companhia mensura o ajuste a valor presente sobre os saldos de curto e longo prazo de descaracterização de barragens, sendo registrados em contas redutoras das respectivas rubricas em contrapartida ao resultado financeiro. **3.22. Receita de contrato de cliente:** O Grupo, ao avaliar os contratos com clientes, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos; para determinar bens e serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento; e se há descontos e/ou diretos e obrigações implícitos nos contratos. Além disso, o Grupo faz uso de estimativas ao determinar a contraprestação variável e seus preços de vendas individuais quando utilizando metodologia de alocação. A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para as entidades e quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrito a seguir. O registro da receita ocorre quando todas as contingências relativas à venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas de forma prospectiva, levando em consideração o histórico do cliente, avaliações do risco de crédito, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita de venda de mercadorias é reconhecida assim que o produto é entregue para o cliente; quando o cliente tem total decisão sobre o produto e, quando não há obrigação não cumprida que possa vir afetar a aceitação do produto pelo cliente. Para os produtos embarcados quando as despesas de seguros e frete são pagas pelo Grupo, a receita é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido para o cliente. Para os produtos embarcados no regime de *Free on Board (FOB)*, a receita é reconhecida quando o produto é carregado no veículo ou navio, uma vez que o cliente assume o controle e a propriedade a partir daquele ponto. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas, líquida de tributos sobre as vendas, devoluções, abatimentos e descontos, bem como dos efeitos da aplicação do CPC 47e após a eliminação das vendas dentro do Grupo. **3.23. Custos e despesas por natureza: a) Gastos com exploração, avaliação e custo com minério:** Gastos com exploração e avaliação mineral são os incorridos pela controlada CBMM com essas atividades antes da demonstração da viabilidade técnica e comercial da extração do recurso mineral. Esses gastos são ativados, contanto que uma das seguintes condições ocorra: (i) os custos sejam compensados por meio da exploração e do desenvolvimento bem-sucedido da área de interesse, ou por sua venda; (ii) As atividades de exploração e avaliação na área de interesse ainda em andamento, sem alcançar um estágio que permita avaliar razoavelmente a existência ou não de reservas economicamente recuperáveis, e operações ativas e significativas em relação à área sejam contínuas; (iii) gastos com exploração, que não cumprem pelo menos uma das condições anteriores, são registrados no resultado. Despesas administrativas relacionadas a atividades de exploração e avaliação são contabilizadas no resultado, quando incorridas. Ativos de exploração são reavaliados regularmente e esses custos são mantidos como ativo, contanto que pelo menos uma das condições anteriores ocorra. Os gastos com exploração e avaliação incorridos pela CBMM no passado não atendem aos critérios de capitalização acima mencionados. Atualmente, a Companhia não está incorrendo nesses gastos. Os custos de mineração, incluindo os custos de remoção de estéril, representam os custos de extração dos principais materiais da mina. Esses custos são incorridos pela *joint venture* - COMIPA. Atualmente, a CBMM não tem gastos com pesquisas para exploração mineral de novas áreas. **b) Custos de embarque e manuseio:** Os custos de embarque e manuseio para mercadorias vendidas são apropriados em "Despesas com vendas". **c) Gasto com pesquisa e desenvolvimento:** Despesas com atividades de pesquisa, realizadas pela controlada CBMM com a perspectiva de obter novo conhecimento ou entendimento técnico/eu científico são reconhecidas na demonstração do resultado, conforme incorridas. Os gastos com atividades de desenvolvimento, por meio dos quais as descobertas das pesquisas são aplicadas a um plano ou projeto para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente aprimorados, são capitalizados se o produto e/ou processo forem tecnológico e comercialmente viáveis e a CBMM tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e utilizá-lo ou vendê-lo. O gasto capitalizado inclui o custo de materiais, mão de obra direta e uma proporção adequada de despesas indiretas. Outros gastos com desenvolvimento são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme incorridos. Os custos com pesquisa e desenvolvimento incluem valores pagos a clientes, consultores, universidades e institutos de pesquisa para o avanço do conhecimento relacionado ao níbio e aos produtos derivados do níbio. Atualmente, a CBMM não está incorrendo em nenhuma despesa que atenda aos critérios acima mencionados para capitalização dos custos com relação às atividades de desenvolvimento e, portanto, nenhum ativo intangível foi capitalizado em conexão com essas atividades. **4. Estimativas e premissas contábeis críticas:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir: **4.1. Plano de benefícios de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria:** Na CBMM, o custo do plano de assistência médica pós-emprego é determinado por meio de avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve várias suposições que podem diferir dos desenvolvimentos reais no futuro. Estas são baseadas em uma série de premissas financeiras e demográficas, tais como taxa de desconto, inflação médica e percentual de adesão ao plano, as quais são divulgadas na (Nota 30). Devido às complexidades envolvidas na avaliação e sua natureza de longo prazo, uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço. **4.2. Desmobilização de ativos:** O CBMM, reconhece obrigações de desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem. Essa provisão é calculada considerando o valor presente dos fluxos de caixa necessários para a desmobilização de ativos (mina, complexo industrial e barragens) em escopo. As estimativas contábeis são relacionadas à recuperação de áreas degradadas e aos custos de desativação da mina como prática contábil crítica, pois envolvem valores expressivos e diversas premissas, como taxas de desconto, inflação, vida útil (considerando o estágio atual de exaustão) e as projeções de datas de exaustão de cada mina ou barragem. A estimativa relacionada à descaracterização de barragens é revisada anualmente. As estimativas de custo podem variar em resposta a muitos fatores de cada área, que incluem o tempo, a vida útil prevista da mina, alterações nos requisitos e compromissos legais ou governamentais relevantes com as partes interessadas, análise das opções de remediação e renúncia, surgimento de novas técnicas de restauração, entre outras. Especialistas externos apoiam o processo de estimativa de custos, quando apropriado. Esses fatores, isolados ou consolidados, podem afetar significativamente os resultados financeiros futuros e equilibrar a posição do balanço. Quanto à estimativa de vida útil da mina, esta depende de variáveis como comportamento do mercado, demanda dos clientes e a forma de exploração da mina. Com base em estudos internos e apoio de consultoria especializada, ao projetar o consumo atual da mina com a expectativa de aumento da demanda nos próximos anos, estima-se que a vida útil da mina seja cerca de 74 anos, sendo estimado um custo total de desmobilização, atualizado pela projeção da inflação no montante de R\$ 20 e a taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente da obrigação é 14,90%. Sobre a

desmobilização de ativos industriais, foi realizado o estudo juntamente com uma consultoria especializada na qual a CBMM estimou um custo de desmobilização no montante de R\$ 784 milhões bem como, uma receita decorrente de vendas de equipamentos, terrenos e sucatas no montante de R\$ 177 milhões atualizando pela taxa de desconto de 14,90% e uma inflação de 4,5%, apresentamos o valor na obrigação de total líquida de R\$ 483 milhões em 31 de dezembro de 2025. No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil da Mina. **4.3. Descaracterização de barragens:** As principais estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos e para o reconhecimento da provisão para descaracterização de barragens consideram, dentre outras: (i) o volume de rejeitos a ser removido, baseado nas informações disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) custos de desmantelamento; (v) níveis de segurança; (vi) avanços nos estudos de geologia; e (vii) atualização na taxa de desconto. O complexo industrial possui oito barragens, sendo seis sob a responsabilidade da CBMM (Barragens D, 4, 5, 6, 7 e 8) e duas sob a responsabilidade da COMIPA (Barragens 1 e Mina II). Das oito barragens em questão, cinco delas já estão totalmente amortizadas (sendo duas delas em processo de fechamento), uma barragem de água e duas barragens em operação. Para a estimativa de custos totais com o fechamento das barragens, em 2018 foi contratada consultoria especializada para elaboração e cálculo dos laudos com os planos de fechamento de todas as barragens. Em 2025, o time técnico da CBMM, revisitou os laudos elaborados pelas empresas especializadas e sugeriram ajustes nos valores e planos elaborados. **4.4. Fechamento de células de resíduos:** A CBMM possui, também, células para deposição de resíduos sólidos gerados em seu processo produtivo. As células são construídas em áreas licenciadas para pilhas de estéril e, assim que as células atingirem sua capacidade limite de material, a pilha de estéril é depositada em cima dessa mesma região no processo de fechamento, a CBMM conta as seguintes células de resíduos. **(a) Classe I:** Há treze células, doze delas já estão totalmente fechadas e uma está em início de operação. **(b) Classe II:** Há quatro células, uma em início de operação, uma em fase de fechamento e das completamente fechadas. As principais estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos e reconhecimento da provisão para células de resíduos consideram, dentre outros: i) laudos de consultoria externa para descaracterização das células de resíduos; ii) avaliação periódica da área de Gestão de Barragens da CBMM; iii) o tratamento dos gastos com disposição de estéril para preenchimento das células de resíduos. Os custos para desmobilização de ativos são estimados usando o trabalho de consultores externos ou especialistas internos. Quando aplicável, o montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da Administração dos esforços necessários para desmobilização ou desativação, incluindo a aplicação das normas vigentes e cronograma das despesas. **5. Novas normas, alterações e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgadas abaixo, exceto aquelas que, na avaliação da Administração, não devem produzir efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando elas entrarem em vigor. **5.1. Alterações do CPC 26: Apresentação das demonstrações financeiras:** O CPC 51, entrará em vigor para exercícios iniciados em/ após 1º de janeiro de 2027 e substitui o CPC 26 - "Apresentação de Demonstrações Financeiras". Com a implementação da nova norma, são esperadas alterações significativas na apresentação da estrutura da demonstração de resultados, bem como maior transparência nas métricas de desempenho não-GAAP e agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras. A Administração ainda está avaliando os impactos e não espera adotar esta norma antecipadamente. **5.2. Subsidiárias em responsabilidade Pública:** A nova norma permite uma simplificação nos sistemas e processos de reporte das empresas, reduzindo os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, ao mesmo tempo que mantém a utilidade dessas demonstrações para os seus utilizadores. Esta norma é aplicável para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração entende que não haverá impacto significativo na aplicação desta norma, uma vez que se refere às demonstrações financeiras individuais das subsidiárias. **5.3. Alterações do IAS 12: Reforma tributária internacional:** Em maio de 2023 o IASB publicou alterações à IAS 12, impostas sobre o rendimento, determinando alterações na demonstração financeira das entidades em face à aplicação do "Pilar 2". Legislação do Pilar 2, é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio da qual se busca implementar um novo sistema tributário que consistirá em uma "camada extra" à tributação interna dos países envolvidos, buscando garantir o pagamento de uma alíquota efetiva mínima global de 15% pelos contribuintes integrantes de grandes grupos multinacionais, independentemente de sua jurisdição de residência. O Pilar 2 estabelece a tributação de uma alíquota efetiva mínima de 15% ao nível de cada jurisdição. Grupos econômicos que auferem receita global acima de 750 milhões de euros estão sujeitos às novas regras do *Global Anti Base Erosion Rules/ EU P2 Directive GloBE*. Nas jurisdições onde for observada alíquota efetiva inferior a 15%, o novo sistema complementar o imposto a pagar, de modo que a taxa global atinja o mínimo estabelecido em cada jurisdição onde o contribuinte é residente. A Grupo opera em diversas jurisdições que já aderiram, integralmente ou parcialmente, à legislação do Pilar 2 (como Holanda, Singapura e Suíça) e reporta receita consolidada superior a 750 milhões de euros, e por isso, a Companhia e suas subsidiárias estão incluídas no escopo do Pilar 2. A administração realizou estudos para a aplicação do CbC Report Safe Harbour, que garante isenção temporária às novas regras de Pilar 2, e para o exercício findo em 2025 concluiu que suas subsidiárias estão atendendo aos critérios de Safe Harbour e alíquota efetiva mínima, não sendo necessário o provisionamento de top-up tax e/ou quaisquer ajustes em suas informações financeiras. Adicionalmente, o Brasil adota parcialmente às regras do Pilar através da Medida Provisória nº 1.262/24 - convertida na Lei nº 15.079/24 - que implementa a CSLL Adicional, funcionando como um Imposto Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT) do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2025. A CBMM, juntamente com sua controladora final, avaliou os impactos das novas regras, e resalta que para o exercício findo em 2025 não há impactos em suas demonstrações financeiras. **5.4. Reforma tributária sobre consumo:** Em 17 de dezembro de 2024 foi aprovado o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024 pela Câmara dos Deputados e este seguiu para a Presidente da República, que sancionou a Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025. A Lei Complementar 214 de 2025 regulamenta, em partes, a Emenda Constitucional ("EC") nº 132 de dezembro de 2023, que instituiu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Esta Reforma é baseada em um IVA dividido ("dual IVA") em duas competências, a federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e outra subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS. Também foi criado um Imposto Seleto ("IS") - sob jurisdição federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Em dezembro de 2025 foi aprovado o projeto de Lei PLP nº 108/2024 no Senado e na Câmara dos Deputados e foi sancionada em 13/01/2026 pelo Presidente a Lei Complementar nº 227/2026 que cria o Comitê Gestor do IBS, órgão competente por controlar a arrecadação do imposto sobre Bens e Serviços dos Estados e Municípios. A Lei nº 227/2026 regulamentará a cobrança do IBS na Reforma Tributária do Consumo. Os próximos passos envolvem a aprovação e desenvolvimento de todo o "documentário operacional e Legal" que inclui decretos, Instruções Normativas, manuais, adequações sistêmicas e outros aspectos como o novo regime de tributos, o qual pode começar em 2026/2027. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, no qual os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Um ponto importante regulamentado no PLP nº 68/2024, para a adaptação dos contribuintes e governos, é que em 2026 haverá testes de alíquotas sem a cobrança destes novos tributos. No contexto do Grupo, a Companhia trabalhou ao longo do ano-calendário de 2025, na atualização sistêmica para o atendimento à Reforma do Consumo, o que possibilitou a emissão da nota fiscal eletrônica com os destaques de CBS e IBS de forma simbólica, sem recolhimento efetivo dos novos tributos para o Fisco. O Go Live técnico dos sistemas ocorreu de forma satisfatória em 03 de janeiro de 2026. Para 2026, o Grupo fará o acompanhamento das novas legislações e do mercado para garantir a implantação da Reforma do Consumo. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos supracitados, a partir do início do período de transição, serão plenamente conhecidos quando o processo de regulamentação for concluído. Nesse sentido, a Companhia destaca que não há efeito da reforma tributária nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. **6. Gerenciamento de riscos:** No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a uma série de riscos decorrentes de suas operações, como o risco relacionado a preços, taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso do Grupo de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações com base em uma gestão adequada do capital e do endividamento das empresas. No Grupo, os riscos devem ser considerados em todas as decisões. A gestão de risco financeiro está focada na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. Ela é realizada pela tesouraria, que identifica, avalia e busca minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais do Grupo. A Administração adota princípios para a gestão de risco financeiro global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como riscos de taxa de câmbio, de taxa de juros e de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos considerados necessários e instrumentos não derivativos financeiros, além de aplicações financeiras. As políticas contábeis para os ativos e passivos financeiros foram aplicadas às contas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	203.438	88.792	3.587.192	4.134.789
Contas a receber de clientes	-	-	5.020.245	4.940.596
Juros sobre capital próprio a receber	96.950	19.720	-	-
Outros ativos financeiros	4.873	3.671	1.201.350	901.282
	305.261	112.183</		

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

CNPJ nº 33.744.277/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos ativos financeiros, exceto empréstimos e recebíveis, mantidos nestas instituições financeiras, classificados por rating, é a seguinte:

	2025							
	Consolidado							
	Reais	Euros	Dólares dos Estados Unidos	Libras Estelinas	Dólares de Singapura	Renminbi	Franco suíço	Total
Caixa e equivalentes de caixa								
AAA.....	2.509.616	285.142	644.272	1.843	6.743	7.967	-	101.818
AA.....	252	-	-	-	-	-	-	252
A.....	-	-	-	-	-	2.775	-	2.775
BB+.....	18.872	-	-	-	-	-	-	18.872
BB.....	7.882	-	-	-	-	-	-	7.882
Outros.....	10	-	-	-	-	-	-	10
	2.536.632	285.142	644.272	1.843	6.743	7.967	2.775	101.818
								3.587.192

	2024							
	Consolidado							
	Reais	Euros	Dólares dos Estados Unidos	Libras Estelinas	Dólares de Singapura	Renminbi	Franco suíço	Total
Caixa e equivalentes de caixa								
AAA.....	3.541.044	-	-	-	-	-	-	3.541.044
AA.....	-	214.605	302.229	2.098	2.804	-	58.751	580.487
A.....	-	-	-	6.829	-	2.763	-	9.592
A-.....	-	2.085	712	-	859	-	-	3.656
Outros.....	10	-	-	-	-	-	-	10
	3.541.054	216.690	302.941	2.098	6.829	3.663	2.763	58.751
								4.134.789

c) **Risco de preço:** Na controlada CBMM, os instrumentos financeiros são principalmente, instrumentos sobre os quais incidem juros. Eles não incluem quaisquer instrumentos de patrimônio. d) **Risco de taxa de juros:** Na controlada CBMM, os procedimentos da CBMM somente preveem investimentos de renda fixa. Atualmente, a CBMM somente possui investimentos com remuneração baseada no Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Com relação aos empréstimos e financiamentos, a CBMM está exposta ao risco de taxa de juros desses contratos (Nota 17). A CBMM decidiu proteger certos contratos de *Pre-Export Finance* (PPE) contra flutuações da Libor japonesa através de instrumentos financeiros. O reconhecimento do efeito de marcação a mercado está registrado em Despesas Financeiras (Nota 28). O impacto de variações hipotéticas na taxa de juros é revisito em reuniões da administração com o departamento financeiro. A agenda inclui as entregas/previsões de produtos, o impacto do fluxo de caixa operacional nas atividades financeiras, a aplicação de fluxo de caixa em excesso nos instrumentos financeiros, o impacto das variações nas taxas de câmbio e de juros, as linhas de crédito para o financiamento comercial, e outros cenários e/ou tendências econômicos e financeiros.

Risco	Instrumento/operação	Consolidado - CBMM	
		Ganho (perda)	
Taxa de juros	Depósito a prazo	227.403	
	Contas a receber	1.212.622	
	Empréstimos e financiamentos	(2.496.238)	
		(1.056.213)	

Dessa forma, a CBMM estima que o impacto de um aumento de 25% na taxa de câmbio sobre a diferença entre os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 geraria uma perda, antes dos efeitos tributários, de R\$ 1.056.213 (2024 - perda, antes dos efeitos tributários, de R\$ 1.328.093). Caso a taxa de juros apresente uma redução no mesmo percentual acima mencionado, os efeitos no lucro líquido seriam exatamente o inverso dos valores acima demonstrados.

e) **Risco de liquidez:** Na controlada CBMM, as demais empresas controladas e coligadas não estão expostas a riscos relevantes decorrentes de taxa de juros. Na demonstração consolidada do fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o caixa líquido originado das atividades operacionais contém o montante de R\$ 6.767.826 (2024 - R\$ 5.032.055). Com base nas projeções atuais, a Administração estima que o caixa a ser gerado pelas operações, e, se requerido, captado de mercados financeiros será suficiente para atender as necessidades operacionais da CBMM no futuro previsível. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da CBMM por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado - CBMM			
	Circulante	Não Circulante	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	4.410.454	6.814.486	11.224.940	10.486.375
Fornecedores	413.863	26.406	440.269	246.170
Outros passivos financeiros	276.891	-	276.891	416.760

A política de gestão de risco de liquidez dessa controlada é de apenas iniciar novos relacionamentos bancários com a utilização de bancos que tenham, no mínimo, um índice de classificação BB+.

	Cambuhy		
	Circulante	2025	2024
Fornecedores	19.030	19.030	15.486

f) **Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sustentabilidade das operações - com robusta classificação de crédito e uma equação de capital consistente - de forma a prover suporte aos negócios, maximizar retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, mediante o adequado gerenciamento do risco de crédito, capital e liquidez.

7. Caixa e equivalentes de caixa

a) Na controladora

	Controladora	
	2025	2024
Contas bancárias e outros.....	783	714
Depósitos a prazo (i).....	163.945	86.759
Fundos de investimento (ii).....	38.710	1.319
	203.438	88.792

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações em Certificado de Depósitos Bancário (CDB) são remuneradas sobre a taxa de juros interbancária (CDI), em condições compatíveis com o mercado financeiro local.

(ii) Cotas Fundo Mantiqueira 1 FIC FIM, ao valor justo.

b) No consolidado

	Consolidado	
	2025	2024
Contas bancárias e outros.....	1.063.632	579.262
Depósitos a prazo (i).....	2.523.560	3.555.527
	3.587.192	4.134.789

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações em Certificado de Depósitos Bancário (CDB) são remuneradas sobre a taxa de juros interbancária (CDI), em condições compatíveis com o mercado financeiro local, na CBMM remuneradas à taxa média de 100,53% do CDI (99,70% em 2024) com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda de valor.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Exportações.....	4.542.311	4.575.219
Mercado interno.....	477.934	455.369
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	(89.992)
	5.020.245	4.940.596

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de vencimento, líquido da provisão para perdas de crédito esperadas. A tabela a seguir apresenta as contas a receber de clientes por exposição à provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer.....	4.919.835	4.508.921
Vencidas:		
Até 30 dias.....	82.602	431.657
31 a 60 dias.....	4.546	247
61 a 90 dias.....	10	3
91 a 180 dias.....	13.208	14
Acima de 180 dias.....	44	89.746
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	(89.992)
	5.020.245	4.940.596

As movimentações das perdas de créditos esperadas são apresentadas a seguir para os exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado - CBMM	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(89.992)	(73.320)
Adições e reversões líquidas.....	89.992	(9.246)
Variação cambial.....	-	(7.426)
Saldo no final do exercício	-	(89.992)

9. Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Produtos acabados.....	372.040	495.625
Produtos em elaboração.....	302.521	262.402
Matérias-primas.....	222.699	208.304
Bens de consumo e peças de reposição.....	465.952	335.730
(-) Provisão para perdas de estoque.....	(21.775)	(10.635)
	1.341.437	1.291.426

As movimentações de perda de estoque da controlada CBMM são apresentadas a seguir para o exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado - CBMM	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(10.635)	(4.943)
Adições e reversões líquidas.....	(11.140)	(5.692)
Saldo no final do exercício	(21.775)	(10.635)

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS na compra de mercadoria (i).....	-	-	570.035	479.144
Tributos federais a recuperar.....	38.855	31.894	259.461	214.798
PIS e Cofins na compra de imobilizado.....	-	-	134.091	130.135
PIS e Cofins na compra de mercadoria.....	-	-	175.152	119.052
ICMS na compra de imobilizado.....	-	-	14.144	12.905
REINTEGRA (iii).....	-	-	3.421	12.442
Outros.....	-	-	8.458	4.697
Provisão na perda de ICMS (ii).....	-	-	(132.297)	(96.643)
	38.855	31.894	1.032.465	876.530
Circulante.....	36.720	29.759	493.586	410.274
Não circulante.....	2.135	2.135	538.879	466.256

(i) Referente substancialmente aos créditos de ICMS sobre compras de mercadorias pela controlada CBMM, que estima realização do montante nos próximos 6 anos e, por este motivo, apresenta o saldo ajustado a valor presente com os valores reconhecidos no circulante e não circulante, bem como sobre compra de insumos pela controlada Cambuhy;

(ii) Deságio sobre créditos de ICMS: 25% reconhecido pela CBMM e 6% reconhecido pela Cambuhy;

(iii) REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as empresas Exportadoras), refere-se ao benefício fiscal de ressarcimento dos valores relativos aos custos tributários residuais existentes na cadeia produtiva da controlada CBMM. Com a publicação do Decreto Federal nº 9.393, 30 de maio de 2018, a alíquota aplicável ao benefício passou a ser de 0,1% a partir de junho de 2018. O saldo do REINTEGRA em aberto ao final dos exercícios refere-se ao valor a ser compensado com tributos federais no início do exercício seguinte.

As controladas CBMM e Cambuhy, adquirem matérias-primas e insumos sujeitos ao ICMS, que é parte do preço de aquisição. Em circunstâncias normais, esses créditos tributários são recuperáveis mediante a compensação do ICMS devido sobre as vendas. No entanto, como as vendas da CBMM correspondem predominantemente a exportações, que é imune para fins do ICMS, e as vendas da Cambuhy são isentas para fins desse imposto, a capacidade de realização dos créditos de ICMS fica comprometida. A alternativa seria a venda dos créditos a terceiros, o que implica na concessão de desconto, bem como na necessidade de obtenção de autorização específica do fisco estadual.

Em dezembro de 2025, devido a prováveis perdas na realização dos créditos de ICMS, a CBMM, mantém a provisão para não realização correspondente ao deságio de 25% no montante de R\$ 131.626 (R\$ 95.825 em 31 de dezembro de 2024), e a Cambuhy mantém uma provisão para realização correspondente ao deságio de 8% em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 671 (R\$ 818 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação da provisão para a realização dos créditos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(96.643)	(129.554)
Adições e reversões líquidas.....	(35.654)	32.911
Saldo no final do exercício	(132.297)	(96.643)

11. **Depósito judicial:** Os depósitos judiciais representam ativos restritos de valores depositados em juízo até a resolução das pendências. Os saldos abaixo indicados são da controlada CBMM, exceto pelos valores de R\$ 1.281 (R\$ 1.328 - 2024) que se referem aos depósitos recursais trabalhistas da controlada Cambuhy:

	Consolidado	
	2025	2024
Processos tributários.....	23.216	23.216
Processos civis.....	4	4
Processos trabalhistas.....	9.577	8.429
Total depósitos judiciais	32.797	31.649

Segue abaixo a movimentação do saldo de depósitos judiciais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	31.649	26.832
Novos depósitos.....	5.309	6.750
Atualização monetária.....	-	1.423
Resgates.....	(73)	(177)
Pagamentos/baixa para despesa.....	(4.088)	(3.179)
Saldo em 31 de dezembro	32.797	31.649

12. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento para projetos.....	-	-	24.536	48.735
Adiantamento para contratos com clientes.....	-	-	22.466	8.054
Adiantamentos a fornecedores.....	558	742	22.465	24.880
Receíveis de crédito de ICMS.....	-	-	77.859	70.701
Despesas antecipadas.....	169	202	10.807	12.233
Empréstimos conversíveis (i).....	-	-	128.561	88.255
Adiantamento a empregados.....	400	475	4.313	4.087
Outros.....	3.713	2.252	57.615	12.352
	4.840	3.671	348.622	269.297

Circulante..... 4.840 3.671 214.141 171.819

Não circulante..... - - 134.541 97.478

(i) Em 3 de maio de 2023, a CBMM assinou um acordo com a Skeleton Technologies devido à combinação dos óxidos proprietários microporosos e à base de níbio para dispositivos híbridos de armazenamento de energia de alta potência e alta densidade energética. A CBMM concedeu um empréstimo de EUR 4.000.000, nos termos estabelecidos em um contrato de empréstimo conversível, para acelerar o "Projeto Super Bateria" na Finlândia. Este empréstimo traz opcionalidade para a CBMM no final do prazo contratual o direito a conversão do valor em participação ou recebimento do pagamento do montante emprestado. Caso a CBMM decida pela conversão, há desconto de 10% no valor do Skeleton.

Em 23 de agosto de 2024, a CBMM assinou um acordo com a Nyobolt Limited para acelerar o desenvolvimento de produtos de bateria no mercado automotivo *off-road* em apoio aos esforços globais de carbonização dos principais fabricantes de equipamentos originais de veículos e operadores de veículos *off-road*, em combinação com o desenvolvimento e suporte ao crescimento das vendas de material de níbio. A CBMM fornece um empréstimo de USD 5.000.000 nos termos estabelecidos em um contrato de empréstimo conversível para acelerar o projeto, desenvolvimento, produção e teste do produto de bateria adequado para uso em aplicações automotivas *off-road*. Este empréstimo traz opcionalidade para a CBMM no final do prazo, com o direito de converter o valor em participação ou receber o pagamento do valor. Se a CBMM decidir converter em uma rodada de financiamento, há um desconto de 20% no valor da Nyobolt.

13. Investimentos: a) Informações sobre investimentos - Controladora

	Ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio líquido	Lucro líquido
	Ordinárias	Preferenciais	No capital social integralizado - %	No capital votante - %		
Em 31 de dezembro de 2025						
Cambuhy Agrícola Ltda.	475.000.000	-	100,00	100,00	768.086	157.776
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM.....	116.500.000	3.500.000	40,00	66,01	1.350.589	6.408.791
Marília Investimentos Ltd.	2.400.000	-	100,00	100,00	18.207	732
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.	25.197.840	-	81,39	81,39	32.518	19.036
BW Gestão de Investimentos Ltda.	19.991.000	-	99,96	99,96	70.549	90.726
Brasil Warrant LLC.....	1.500.000	-	100,00	100,00	46.425	16.003
Brasil Warrant UK.....	2.000.000	-	100,00	100,00	12.626	707
Reserva Ecológica Rio das Pedras.....	3.060	-	50,50	50,50	253	12

	Ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio líquido	Lucro líquido
	Ordinárias	Preferenciais	No capital social integralizado - %	No capital votante - %		
Em 31 de dezembro de 2024						
Cambuhy Agrícola Ltda.	475.000.000	-	100,00	100,00	702.510	123.803
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM.....	116.500.000	3.500.000				

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

CNPJ nº 33.744.277/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) No consolidado

	Taxas anuais %	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências (II)	Impairment	Variação cambial	Saldo em 31/12/2025
Custo:								
Terrenos (iv).....		458.841	1.725	(29)	-	-	-	460.537
Edifícios e construções.....		1.279.720	295	(2.151)	103.633	-	-	1.381.497
Máquinas e equipamentos.....		1.784.098	25.527	(11.836)	62.641	-	-	1.860.430
Móveis e utensílios.....		524.127	4.895	(4.997)	72.063	-	-	596.088
Barragens.....		1.079.498	4.039	-	3.254	-	-	1.086.791
Culturas em produção.....		189.016	-	(9.003)	16.578	-	-	196.591
Culturas em formação.....		75.898	51.349	-	(16.578)	-	-	110.669
Rebanho.....		11.245	-	(1.817)	-	-	-	9.428
Imobilizações em andamento (iii).....		792.892	1.159.379	(2.348)	(385.712)	-	-	1.564.211
Outros ativos (i).....		755.776	421.380	(11.033)	29.927	-	-	1.196.050
Total do custo.....		6.951.111	1.668.589	(43.214)	(114.194)	-	-	8.462.292
Depreciação acumulada:								
Edifícios e construções.....	3% a 5%	(355.406)	(38.439)	44	-	-	-	(393.801)
Máquinas e equipamentos.....	9% a 20%	(1.059.558)	(75.230)	12.516	-	-	-	(1.122.272)
Móveis e utensílios.....	9% a 11%	(259.814)	(37.293)	3.807	-	-	-	(293.300)
Barragens.....	10%	(516.365)	(63.428)	-	-	-	-	(579.793)
Culturas em produção.....	7%	(93.717)	(16.725)	9.003	-	7	-	(101.432)
Rebanho.....	20%	(647)	-	311	-	-	-	(336)
Outros ativos (i).....	5% a 15%	(380.891)	(58.392)	7.771	-	-	-	(431.512)
Total da depreciação acumulada.....		(2.666.398)	(291.599)	33.452	7	7	-	(2.924.538)
Total líquido.....		4.284.713	1.376.990	(9.762)	(114.194)	-	-	5.537.754

(i) A rubrica de "Outros ativos" refere-se, principalmente, aeronaves e veículos. Em 2025 a controladora adquiriu uma aeronave Gulfstream GV II - 600; (ii) Refere-se, substancialmente, à transferência na CBMM, de R\$ 113.879 para intangíveis, principalmente a atualização do software SAP; (iii) Substancialmente referente à controlada CBMM, em dezembro de 2025 possui 240 projetos sendo 3 deles de grande valor (P/21-916: Implantação da EDR-9; P/21-914: Adensamento de rejeitos das concentrações B8; P/22-139: 6ª Etapa de construção do maco da barragem); (iv) Aquisição de área com 300 hectares, para adequação da quota de reserva permanente da Cambuhy Agrícola Ltda., no estado Mato Grosso do Sul.

	Taxas anuais %	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências (II)	Impairment	Variação cambial	Saldo em 31/12/2024
Custo:								
Terrenos (iv).....		232.273	226.603	(35)	-	-	-	458.841
Edifícios e construções.....		1.088.576	23.993	(9.328)	176.479	-	-	1.279.720
Máquinas e equipamentos.....		1.632.560	16.848	(18.636)	153.326	-	-	1.784.098
Móveis e utensílios.....		456.692	3.146	(2.931)	67.220	-	-	524.127
Barragens.....		1.071.931	4.136	(141)	3.572	-	-	1.079.498
Culturas em produção.....		165.913	-	(8.403)	31.506	-	-	189.016
Culturas em formação.....		73.904	33.500	-	(31.506)	-	-	75.898
Rebanho.....		-	11.245	-	-	-	-	11.245
Imobilizações em andamento (iii).....		593.324	653.593	(31.681)	(422.344)	-	-	792.892
Outros ativos (i).....		758.546	13.651	(25.255)	8.834	-	-	755.776
Total do custo.....		6.073.719	986.715	(96.410)	(12.913)	-	-	6.951.111
Depreciação acumulada:								
Edifícios e construções.....	3% a 5%	(321.580)	(33.896)	70	-	-	-	(355.406)
Máquinas e equipamentos.....	9% a 20%	(1.002.310)	(70.677)	13.429	-	-	-	(1.059.558)
Móveis e utensílios.....	9% a 11%	(227.092)	(33.615)	869	-	-	24	(259.814)
Barragens.....	10%	(453.853)	(62.512)	-	-	-	-	(516.365)
Culturas em produção.....	7%	(85.350)	(16.344)	7.970	-	7	-	(93.717)
Rebanho.....	20%	-	(647)	-	-	-	-	(647)
Outros ativos (i).....	5% a 15%	(344.939)	(43.304)	7.308	-	-	44	(380.891)
Total da depreciação acumulada.....		(2.435.124)	(260.995)	29.646	-	7	68	(2.666.398)
Total líquido.....		3.638.595	725.720	(66.764)	(12.913)	7	68	4.284.713

(i) A rubrica de "Outros ativos" refere-se, principalmente, a veículos e aeronaves; (ii) Refere-se, substancialmente, à transferência na CBMM, de R\$ 12.874 para intangíveis, dos projetos de Tecnologia de Informação; (iii) Substancialmente referente à controlada CBMM, em dezembro de 2024 possui 195 projetos sendo 3 deles de grande valor (P/21-916: Implantação da EDR-9; P/21-914: Adensamento de rejeitos das concentrações B8; P/22-139: 6ª Etapa de construção do maco da barragem); (iv) Aquisição de uma fazenda, pela controlada Cambuhy Agrícola Ltda., no estado Mato Grosso do Sul.

15. Intangível (consolidado)

	Taxas anuais %	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo:						
Ágio aquisição de ações controlada CBMM.....		275.841	-	-	-	275.841
Ágio aquisição de ações controlada Itaparica.....		4.424	-	-	-	4.424
Software.....		167.889	9.794	(60)	114.194	291.817
Direito de exploração.....		56	-	-	-	56
Total do custo.....		448.210	9.794	(60)	114.194	572.138
Amortização acumulada:						
Ágio aquisição de ações controlada CBMM.....		(63.127)	-	-	-	(63.127)
Ágio aquisição de ações controlada Itaparica.....		(1.836)	-	-	-	(1.836)
Software.....	20% a 25%	(98.438)	(32.669)	38	-	(131.069)
Total da amortização acumulada.....		(163.401)	(32.669)	38	-	(196.032)
Total líquido.....		284.809	(22.875)	(22)	114.194	376.106

	Taxas anuais %	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo:						
Ágio aquisição de ações controlada CBMM.....		275.841	-	-	-	275.841
Ágio aquisição de ações controlada Itaparica.....		4.424	-	-	-	4.424
Software.....		154.374	1.012	(410)	12.913	167.889
Direito de exploração.....		56	-	-	-	56
Total do custo.....		434.695	1.012	(410)	12.913	448.210
Amortização acumulada:						
Ágio aquisição de ações controlada CBMM.....		(63.127)	-	-	-	(63.127)
Ágio aquisição de ações controlada Itaparica.....		(1.836)	-	-	-	(1.836)
Software.....	20% a 25%	(72.659)	(26.142)	363	-	(98.438)
Total da amortização acumulada.....		(137.622)	(26.142)	363	-	(163.401)
Total líquido.....		297.073	(25.130)	(47)	12.913	284.809

a) **Teste do ágio para verificação de impairment:** O ágio apurado quando da aquisição de participação societária nas empresas CBMM e Itaparica foram fundamentados em expectativa de rentabilidade futura. A administração da Companhia efetuou testes de impairment concluiu que não há riscos de perda relacionados a esses ágios, e, por esta razão, nenhuma provisão para perdas com esses ativos foi consignada nas presentes demonstrações financeiras. O índice de rentabilidade dessas investidas ao longo dos últimos anos e as perspectivas de contínua rentabilidade foram os principais fatores considerados para administração quando da realização do referido teste de impairment.

16. Direito de uso e passivo de arrendamento

	Taxas anuais %	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Remuneração	Consolidado - CBMM Saldo em 31/12/2025
Valor de custo:						
Terrenos.....		2.912	-	-	58	2.970
Edifícios.....		31.007	-	-	(1.415)	29.592
Veículos.....		11.772	-	(230)	(29)	11.513
Móveis e utensílios.....		7.664	7.137	(91)	-	14.710
Máquinas e equipamentos.....		98	-	-	-	98
Total do custo.....		53.453	7.137	(321)	(1.386)	58.883
Valor da depreciação:						
Terrenos.....	18,7%	(682)	(286)	-	-	(968)
Edifícios.....	20,8%	(10.443)	(6.816)	-	-	(17.259)
Veículos.....	33,3%	(5.626)	(3.670)	8	-	(9.289)
Móveis e utensílios.....	21,0%	(1.102)	(4.389)	91	-	(5.400)
Máquinas e equipamentos.....	54,5%	(11)	(66)	-	-	(77)
Total da depreciação acumulada.....		(17.864)	(15.227)	99	-	(32.992)
Total líquido.....		35.589	(8.090)	(222)	(1.386)	25.891

	Taxas anuais %	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Variação Cambial	Consolidado - CBMM Saldo em 31/12/2024
Valor de custo:						
Terrenos.....		2.798	114	-	-	2.912
Edifícios.....		21.917	9.476	(386)	-	31.007
Veículos.....		11.283	489	-	-	11.772
Móveis e utensílios.....		51	7.664	(51)	-	7.664
Máquinas e equipamentos.....		-	98	-	-	98
Total do custo.....		36.049	17.841	(437)	-	53.453
Valor da depreciação:						
Terrenos.....	18,7%	(409)	(273)	-	-	(682)
Edifícios.....	20,8%	(4.137)	(6.306)	-	-	(10.443)
Veículos.....	33,3%	(1.941)	(3.685)	-	-	(5.626)
Móveis e utensílios.....	21,0%	(50)	(1.103)	51	-	(1.102)
Máquinas e equipamentos.....	54,5%	-	(11)	-	-	(11)
Total da depreciação acumulada.....		(6.537)	(11.378)	51	-	(17.864)
Total líquido.....		29.512	6.463	(386)	-	35.589

da dívida líquida de tesouraria pelo EBITDA dos últimos 12 meses, bem como indicadores não financeiros conforme cada contrato. A CBMM está em conformidade com tais cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **17.2. Valor justo:** Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos não circulantes são os seguintes:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Valor reconhecido na demonstração de resultados Em 31 de dezembro		
Despesa financeira sobre arrendamento.....	4.196	4.089
Amortização de direito de uso.....	15.227	11.378
Despesa de arrendamento de curto prazo e ativo de baixo valor.....	19	-
Total.....	19.423	15.486
Valor reconhecido nas atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa Em 31 de dezembro		
Pagamento de arrendamento (principal).....	(11.358)	(10.544)
Pagamento de arrendamento (juros).....	(4.196)	(4.089)
Pagamento de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor.....	(19)	-
Total.....	(15.554)	(14.652)
Consolidado - CBMM		
2025	2024	
Saldo no início do exercício.....	39.748	33.028
Novos contratos.....	5.605	16.210
Pagamentos (principal).....	(11.358)	(10.544)
Pagamentos (juros).....	(4.196)	(4.089)
Apropriação de encargos financeiros.....	4.196	4.089
Efeito na variação cambial.....	(164)	1.054
Saldo no final do exercício.....	33.831	39.748
Circulante.....	17.972	13.505
Não circulante.....	15.859	26.243

17. **Empréstimos e financiamentos - CBMM:** Os saldos de empréstimos e financiamentos estão demonstrados por tipo de operação no balanço conforme a seguir:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Pre-export finance (i).....	6.828.568	6.158.191
Adiantamentos de cambiais entregues (ACE) (i).....	4.396.372	4.328.184
Total.....	11.224.940	10.486.375
Circulante.....	4.410.454	4.333.703
Não circulante.....	6.814.486	6.152.672

(i) Operações realizadas pela controlada CBMM, destinadas principalmente ao financiamento de suas exportações. Segue abaixo a movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Consolidado 2026	Consolidado 2027	Consolidado 2028	Consolidado 2029	Consolidado 2030	Total
Saldo no início do exercício.....	10.486.375	7.766.010				
Captações.....	15.163.613	11.537.605	-	-	-	26.701.218
Amortizações.....	(14.108.300)	(10.348.005)	-	-	-	(24.456.305)
Juros apropriados.....	393.655	344.953	-	-	-	738.608
Pagamentos pagos.....	(38					

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

CNPJ nº 33.744.277/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em dezembro de 2025, os custos de reabilitação das barragens foram reavaliados e estão de acordo com o plano de negócios da CBMM. As estimativas são incertas e podem mudar ao longo do tempo, de forma relevante, o que é inerente a este processo. Mudanças na mensuração de um passivo relativo à desmontagem de instalações ou outros trabalhos de preparação de áreas (que podem resultar de mudanças no tempo estimado ou fluxo de caixa estimado ou de uma alteração na taxa de desconto), são adicionados ou deduzidos dos custos do respectivo ativo no período corrente. A composição das provisões para desmobilização de ativos está demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado - CBMM 2025	2024
Provisão para desmobilização das barragens de rejeito.....	85.176	71.433
Provisão para desmobilização de ativos.....	8.674	8.394
Provisão para desmobilização das células de resíduos.....	405	3.878
Custo de monitoramento e manutenção.....	98	98
	94.353	83.803

Gastos com cumprimento de exigências ambientais em andamento são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. Novos equipamentos e gastos que são incorridos nas barragens de rejeitos, em conexão com as atividades industriais, são capitalizados e amortizados. A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado - CBMM 2025	2024
Saldo no início do exercício.....	83.803	112.909

	2025	2024
Obrigação para desmobilização de ativos		
Complemento de provisão.....	4.096	(1.395)
Desembolso.....	(45)	(396)
Obrigação para desmobilização de ativos na demonstração do resultado		
Aumento da provisão.....	4.068	242
Pagamento do descomissionamento de barragens.....	(1.855)	(6.199)
Outros ajustes da provisão		
Ajuste a valor presente.....	4.286	(21.358)
Saldo no final do exercício.....	94.353	83.803
Circulante.....	2.360	8.023
Não circulante.....	91.993	75.780

22. Outros passivos

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Projetos técnicos.....	-	-	49.249	72.962
Pós-emprego.....	-	-	46.642	44.086
Receita diferida.....	-	-	2.800	9.337
Contratos de serviços.....	-	-	8.119	7.743
Outros compromissos ambientais.....	-	-	16.578	14.157
Impostos a recolher.....	12.527	9.680	54.638	47.903
Programa Incentivo de longo prazo (i).....	82.815	55.838	82.815	55.838
Benefícios a empregados.....	-	-	9.568	7.373
Perda com NDF (Nota 6(a) e 23).....	-	-	-	2.729
Contratos de aquisições de cotas de Fundos (ii).....	112.007	-	112.007	-
Antecipação de contratos com clientes (iii).....	-	-	24.366	15.616
Antecipação de pagamentos com clientes (iv).....	-	-	3.570	-
CFEM-Compensação Financeira pela Exploração Mineral.....	-	-	721	1.301
Outros passivos.....	40	38	22.512	23.897
	207.389	65.556	433.585	302.942
Circulante.....	77.327	9.718	236.493	177.492
Não circulante.....	130.062	55.838	197.092	125.450

(i) Na controladora, refere-se à provisão de gastos com o Programa de Incentivo Longo Prazo (Nota 31);

(ii) Refere-se à aquisição de cotas do Fundo BWGI Allocation, para pagamento a prazo;

(iii) Na CBMM, refere-se principalmente ao Prize Adjustment CITIC;

(iv) Na CBMM, refere-se principalmente a pagamento antecipado de clientes que não possuem crédito.

23. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social totalmente integralizado é representado por 2.880 (2024 - 2.880) ações sem valor nominal, sendo 1.440 ordinárias e 1.440 preferências. As ações preferências não têm direito a voto, são inconvertíveis em ações ordinárias, gozam de prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação. Adicionalmente, conforme preconiza o estatuto social, as ações preferências possuem direito de venda conjunta em qualquer alienação para terceiros de ações ordinárias, participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e de lucros, e direito de preferência na subscrição de aumentos de capital por subscrição integralizada em dinheiro, bens ou ainda mediante capitalização de créditos ou direitos creditórios contra a sociedade. De acordo com o estatuto social, cada ação ordinária tem direito a um voto nas assembleias gerais. Tanto as ações ordinárias quanto as preferências têm direito de preferência nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e de lucros e na subscrição de aumento de capital em dinheiro, em bens ou com créditos ou direitos creditórios com a sociedade. **b) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **c) Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado por eventuais saldos de prejuízos acumulados e após a constituição da reserva legal. O estatuto social também prevê a possibilidade da distribuição inferior de dividendos, desde que deliberado pela Assembleia Geral. O saldo remanescente do lucro será destinado a uma reserva estatutária para investimentos, sendo que quando referida reserva ultrapassar o capital social, o excesso será distribuído ou capitalizado, a critério do Conselho de Administração. O Estatuto Social prevê que serão computados, para efeito do cálculo do valor do dividendo obrigatório, eventuais juros distribuídos até o limite da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As provisões para distribuição de Juros sobre capital próprio registradas no passivo circulante serão pagas mediante disponibilidade de caixa da Companhia, que deverá ocorrer com o recebimento de dividendos ou outras formas de distribuição de lucros pelas investidas. **Distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio pela Controladora:** Em 27 de março de 2025, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 288.000, em 28 de agosto de 2025, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 1.515.255, em 27 de novembro de 2025, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 576.000 e em 22 de dezembro de 2025, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 1.216.080. Em 27 de fevereiro de 2024, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 384.480, em 29 de agosto de 2024, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 862.560, em 28 de novembro de 2024, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 158.400.

	Consolidado - CBMM 2025	2024
Saldo no início do exercício.....		28.730
Dividendos aprovados.....	3.595.335	1.405.440
Juros sobre capital próprio pagos.....	(2.963.031)	(1.405.440)
Saldo no final do exercício.....	632.304	-

Distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para não controladores

	Participação Percentual	Não controladores 2025	2024
Dividendos			
Imopar Participação Imobiliária Ltda.....	18,61%	6.464	1.531
Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração - CBMM.....	60,00%	4.509.529	2.722.691
		4.515.993	2.724.222

Juros sobre capital próprio declarados

	Participação Percentual	Não controladores 2025	2024
Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração - CBMM.....	60,00%	40.554	25.889
		4.556.547	2.750.111

d) Ajustes de avaliação patrimonial: Os componentes de ajustes de avaliação patrimonial são os seguintes:

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Variação de investi- mentos no exterior	Custo atribuído do imobi- lizado	Ganhos (perdas) atuariais líquidas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	8.873	14.787	(1.607)	22.053
Variação cambial de investimentos no exterior (Perdas) atuariais, líquidos de tributos.....	7.997	-	701	701
Realização de custo atribuído em controlada.....	-	(629)	-	(629)
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	16.870	14.158	(906)	30.122
Variação cambial de investimentos no exterior (Perdas) atuariais, líquidos de tributos.....	(4.719)	-	668	668
Realização de custo atribuído em controlada.....	-	(620)	-	(620)
Saldo em 31 de dezembro de 2025.....	12.151	13.538	(238)	25.451

e) Lucro por ação: Considerando que as ações ordinárias e preferências têm direitos iguais no que diz respeito aos dividendos, uma única medida de lucro básico por ação com base no número total de ações ordinárias e preferências é apresentada. Ações ordinárias e preferências são consideradas duas classes de ações ordinárias, para fins de cálculo do lucro básico por ação. O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas do Grupo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Como não havia ações diluídas em aberto em 2024 e 2023, os lucros básicos e diluídos por ações são os mesmos.

	Controladora 2025	2024
Lucro líquido do exercício.....	2.630.600	1.878.432
Quantidade média ponderada de ações.....	2.880	2.880
Lucro básico e diluído por ação - R\$.....	913.403	652.233

24. Receita líquida: A composição da receita líquida é a seguinte:

	Consolidado 2025	2024
Receita bruta:		
Mercado interno.....	3.272.014	3.315.918
Exportações.....	13.946.277	11.802.644
Descontos concedidos/Ajustes de preço.....	(20.030)	200.694
Subtotal.....	17.238.321	15.319.256
Devoluções de vendas.....	(72.630)	(77.377)
Ganho/(perda) com NDF (Nota 6(a) e 12).....	823	(12.012)
Tributos sobre venda.....	(134.537)	(150.620)
Outras deduções.....	(54.225)	(95.125)
Subtotal.....	(260.569)	(335.134)
Total receita líquida.....	16.977.752	14.984.122

25. Despesas por natureza e custos das mercadorias vendidas: A composição das despesas por natureza é a seguinte:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Matérias-primas e materiais de consumo.....	-	-	(2.105.641)	(1.710.879)
Participação nos lucros - CODEMIG.....	-	-	(1.793.040)	(1.478.730)
Custos com pessoal.....	(64.255)	(65.089)	(1.433.167)	(1.248.182)
Depreciação e amortização.....	(27.908)	(13.661)	(329.520)	(290.994)
Manutenção.....	(3.506)	(3.289)	(228.581)	(223.206)
Transporte.....	-	-	(114.036)	(109.217)
Serviços profissionais.....	(11.862)	(7.237)	(349.058)	(409.100)
Doação.....	(670)	-	(670)	-
Outras despesas.....	(40.453)	(28.160)	(304.007)	(214.291)
	(148.834)	(117.436)	(6.657.920)	(5.684.599)
Aplicado em:				
Custo dos produtos vendidos (i).....	-	-	(5.361.477)	(4.397.444)
Despesas com vendas.....	-	-	(239.515)	(254.644)
Despesas administrativas.....	(148.834)	(117.436)	(766.323)	(730.517)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento.....	-	-	(235.315)	(268.674)
Subtotal.....	(148.834)	(117.436)	(6.602.630)	(5.651.099)
Apropriado ao imobilizado (Nota 14).....	-	-	(55.290)	(33.500)
Total de despesas por natureza.....	(148.834)	(117.436)	(6.657.920)	(5.684.599)

(i) No custo das vendas da CBMM, existe um montante de R\$ 126.478 (2024 - R\$ 98.792) que se refere aos custos de ociosidade, que são lançados diretamente ao resultado quando as unidades produtivas não operam por não estarem utilizando a capacidade total das plantas produtivas.

26. CODEMIG: Por meio do SCP, a CODEMIG tem direito a receber 25% do resultado de toda a operação de níbio da CBMM, atualizado de acordo com as regras estipuladas no contrato, alterações e no

documento intitulado "Critérios para Determinação do Lucro Líquido no SCP", apurado e pago mensalmente. Os resultados do SCP são apresentados em "Acordo de participação nos lucros - CODEMIG". Uma declaração resumida da determinação da participação da CODEMIG é mostrada a seguir:

	Consolidado 2025	2024
Participação da CODEMIG:		
Vendas.....	14.648.895	13.363.267
Vendas ajustadas/deduções.....	(159.326)	20.527
Receita líquida.....	14.489.569	13.383.798
Custo do produto vendido.....	(2.561.765)	(2.381.405)
Margem bruta.....	11.927.794	11.002.393
Despesas operacionais.....	(583.867)	(647.443)
Outros ganhos (perdas), líquidas.....	19.581	13.345
Finanças líquidas.....	(35.532)	(1.036.808)
Lucro operacional.....	11.327.976	9.331.477
Efeitos contratuais.....	(179.918)	1.374.967
Lucro antes do imposto de renda.....	11.148.058	10.706.444
Participação de 25%.....	2.787.015	2.676.611
Atualização monetária.....	11.418	8.114
Efeito contratual por competência.....	108.461	(147.089)
Imposto de renda.....	(976.023)	(865.483)
Lucro não realizado nos estoques.....	41.947	(65.636)
Participação da CODEMIG.....	1.972.818	1.606.517

Devido às regras específicas no contrato entre a CBMM e CODEMIG registramos ativos e passivos como segue:

	Consolidado 2025	2024
Outros ativos		
Adiantamento de PPE.....	865.104	795.947
Lucro não realizado em estoques de subsidiárias.....	209.951	247.411
Imposto de renda.....	814.216	629.937
	1.889.271	1.673.295
Circulante.....	1.068.442	877.348
Não circulante.....	820.829	795.947
Outros passivos - Circulante		
Contas a pagar CODEMIG.....	276.891	416.760

27. Outras perdas, líquidas

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Outros ganhos, líquidos				
Ganhos na venda de ativos fixos.....	-	-	3.928	7.745
REINTEGRA.....	-	-	14.126	12.444
Tributos a recuperar.....	780	722	893	929
Aluguel e arrendamento.....	-	-	-	5.389
Vendas não operacionais (i).....	-	-	4.565	8.664
Provisões.....	-	-	359	-
Reembolso (iii).....	-	-	18.087	-
Outros ganhos.....	5.742	5.137	11.764	8.668
Subtotal de outros ganhos, líquidos.....	6.522	5.859	53.722	43.837

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Outras perdas líquidas				
Duvidas espontânea (iv).....	-	-	(1.809)	(60.624)
Provisão para perdas com ICMS.....	-	-	(35.991)	32.437
Perdas na venda de ativos fixos.....	-	(50)	-	(4.846)
CCEE.....	-	-	-	(8)
Doações de fundos e Lei Rouanet.....	-	(160.915)	(30.617)	(205.840)
Desreconhecimento de barragens.....	-	-	(4.062)	(144)
Pró-Araxá - Termo Compromisso MP.....	-	-	(2.406)	701
Desconto na venda de créditos de ICMS.....	-	-	(4.288)	(18.399)
Imposto a recuperar.....	-	-	(10.228)	(4.163)
Aluguel e arrendamento.....	-	-	(2.350)	(7.578)
Desmobilizações de ativos.....	-	-	(6)	-
Juros e multas sobre tributos.....	-	-	(5.126)	-
Provisão pós-emprego.....	-	-	(454)	(1.726)
Provisões (ii).....	(26.977)	(21.778)	(45.650)	(25.116)
Imposto sobre propriedade.....	-	-	(3.659)	-
Imposto sobre remessa ao exterior.....	-	-	(1.258)	(6.102)
Outras despesas.....	(13.083)	(10.548)	(26.210)	(22.584)
Subtotal de outras perdas, líquidas.....	(40.060)	(193.291)	(174.123)	(323.992)
Outras perdas, líquidas.....	(33.538)	(187.432)	(120.401)	(280.155)

(i) Refere-se, substancialmente, a Venda de sucata e gado, na CBMM;

(ii) Na controladora, refere-se à provisão de gastos com o Programa de Incentivo Longo Prazo (Nota 31) e na CBMM, refere-se a provisões de estoques obsoletos R\$ 15.000;

(iii) Refere-se principalmente ao reconhecimento de crédito realizado pela Multiprev, correspondente a parcela das contribuições patronais renunciadas pelos ex-colaboradores quando dos resgates por eles aportados, no montante de R\$ 9.843, e reembolso de sinistro no montante de R\$ 5.800, na CBMM;

(iv) Refere-se à denúncia espontânea de ICMS sobre produtos intermediários (DIFAL) no montante de R\$ 60.624, pela CBMM.

28. Receitas financeiras, líqu

...continuação

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

CNPJ nº 33.744.277/0001-88

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas - **Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP027654/F-4

Marcos Franco Botelho
Contador CRC 1SP249995/O-8



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2026



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal A Comarca**. Acesse também através do link: <https://www.acomarcenet.com.br/publicacoes-legais>

